

General confirma ter feito plano para matar Lula

Mario Fernandes disse que foi só um “pensamento digitalizado”

Por Gabriela Gallo

O general da reserva Mario Fernandes admitiu, em depoimento à Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) ter sido o autor do plano “Punhal Verde Amarelo”, que previa os assassinatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do vice-presidente Geraldo Alckmin e do ministro do STF Alexandre de Moraes. Um dos réus do núcleo dois da trama golpista, o general tentou minimizar o plano dizendo que ele era um “pensamento digitalizado”. Mas Fernandes não somente pensou: ele redigiu o plano e o imprimiu.

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) seguiu na quinta-feira (24) com os interrogatórios de réus envolvidos nos núcleos dois e quatro do plano de tentativa de golpe de Estado. No dia anterior (23), a Corte terminara de ouvir os interrogatórios dos réus do núcleo três da trama golpista. O interrogatório durou mais de onze horas e ocorreu por meio de videoconferência para todos os réus. Nenhum ministro do colegiado do STF compareceu à sessão, tampouco o procurador-geral da República (PGR) Paulo Gonet. Representando o ministro-relator do caso, a sessão foi conduzida pelo juiz auxiliar Rafael Henrique, do gabinete do ministro Alexandre de Moraes.

Seis réus são investigados por atuarem no núcleo dois: o ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF) Silvinei Vasques, o delegado da Polícia Federal (PF) Fernando de Souza Oliveira, o general da reserva Mário Fernandes, o ex-assessor da Presidência da República Marcelo Costa Camara, o ex-assessor de Assuntos Internacionais da Presidência Filipe Garcia Martins Pereira e a delegada da PF Marília Ferreira de Alencar.



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Fernandes está preso preventivamente desde que documentos foram descobertos

Punhal Verde e Amarelo

Em seu depoimento, o general da reserva Mario Fernandes admitiu que foi o responsável por elaborar o plano “Punhal Verde e Amarelo”, que previa o assassinato do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e o então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro do STF, Alexandre de Moraes. Ele disse que o plano foi um pensamento seu que foi “digitalizado”, mas que não compartilhou a ideia com ninguém.

“Esse arquivo digital nada mais retrata do que um pensamento meu que foi digitalizado. Um compilado de dados, um pensamento, uma análise de riscos. Esse pensamento digitalizado não foi compartilhado com ninguém”, declarou Mario Fernandes em seu depoimento. Ele ainda negou que tenha compartilhado a ideia com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). “Eu ratifico. Impossível. Eu imprimi para ler no papel, para não forçar a vista. Após isso, rasguei. Esse horário foi uma coincidência em relação à minha atribuição administrativa e logística como secretário-executivo. Não

compartilhei esse arquivo com ninguém”, completou o general.

Mario Fernandes está preso preventivamente desde novembro de 2024, quando a Procuradoria-Geral da República (PGR) divulgou o documento oficial denunciando as 34 pessoas envolvidas no plano de golpe. Segundo apuração da Polícia Federal (PF), ele imprimiu três cópias do plano. Questionado pelos representantes da PGR, ele negou ter tirado cópias do documento e acredita que era uma “configuração da impressora”. Ele confirmou que imprimiu o plano mais de uma vez, como fora apurado pela PF, mas que o motivo foi que ele teve uma “nova ideia” e alterou o documento – mas ele reforçou que não entregou o documento a ninguém.

Monitoramento

Em seu depoimento, Marcelo Câmara negou ter realizado um monitoramento ilegal do ministro Alexandre de Moraes. Ele ainda disse que o codinome “professora” – nome adotado para se referir a Moraes descoberto pela PF – foi escolhido pelo tenente-coronel Mauro Cid como uma “brincadeira”

para se referir ao magistrado.

Ele ainda negou qualquer envolvimento em ações ilegais e reiterou que as informações compartilhadas com Cid eram públicas, e foram usadas com o único intuito de planejar logisticamente os deslocamentos do então presidente Jair Bolsonaro.

Próximos passos

Ao Correio da Manhã, o advogado criminalista Anderson Almeida detalhou os próximos passos do julgamento. “Concluídos os interrogatórios, será a vez de o Ministério Público e as defesas se manifestarem sobre eventuais diligências finais. Se nada mais for pedido – ou se o relator não entender necessárias novas medidas –, abre-se então o prazo de quinze dias para que acusação e defesa apresentem suas alegações finais, uma após a outra”, explicou.

“Encerrada essa etapa, o processo segue para julgamento pela Primeira Turma do Supremo. Por razões de interesse público, o ministro Presidente da Primeira Turma [Cristiano Zanin] poderá restringir o acesso à sessão, permitindo apenas a presença das partes e seus advogados”.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Marcos Oliveira/Agência Senado



Augusto de Castro lamenta demora da diplomacia

Exportadores: acordo dos EUA com Ásia complica Brasil

Presidente executivo da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro avalia que o acordo comercial assinado pelos Estados Unidos com países asiáticos complica ainda mais a situação do Brasil. Pelo acordo, Japão, Indonésia e Filipinas concordaram que os EUA imponham taxas de 15% a 19% a seus produtos. Os países aceitaram liberar

seus mercados para os exportadores norte-americanos, até mesmo sem cobrança adicional.

Para Castro, a situação revela uma quebra de reciprocidade e dificulta a elaboração de um acordo do Brasil com a Casa Branca.

Ele lamenta ainda o que classifica de demora nas negociações diplomáticas por parte do Planalto do Planalto.

Sem resposta

“Li que os diplomatas brasileiros começaram a negociar, mas isso já deveria ter sido feito há mais tempo”, critica. O governo, porém, alega que, no dia 16 de maio, enviou para os Estados Unidos a minuta de uma proposta para um futuro acordo — e até hoje não teve resposta.

O alvo

“Faltam planos de ações para negociar, não há margem de manobra”, reclama. Frisa que Donald Trump é imprevisível, e que as declarações dele e de Lula contribuíram para piorar a situação. Para Castro, ao negociar com a Ásia, os EUA tentam esvaziar a China.

Isac Nóbrega/PR



Punições estabelecidas por Trump começam na sexta

Países têm superávit nas relações com Estados Unidos

Diferentemente do que ocorre com o Brasil, os três países asiáticos que fecharam acordos têm superávit nas relações com os EUA — vendem mais do que compram.

O dirigente da AEB, porém, frisa que a situação de alguns exportadores brasileiros ficou muito complicada, em especial, a dos fabrican-

tes de produtos manufaturados e semanais, que têm EUA e Argentina como principais compradores.

Destaca também que o dia 1º de agosto, definido por Trump como início da cobrança da taxa de 50%, está chegando — será na próxima sexta-feira. “Os diplomatas têm que agir”, insiste.

Experiência

Acostumado com as intempéries da política, um deputado do Republicanos reconhece que o Centrão tem negado apoio explícito a Jair Bolsonaro, acossado pelo STF. Mas, para ele, isso não indica que o grupo vai, majoritariamente, cair nos braços do presidente Lula.

Ódio ao PT

Segundo ele, o grande problema é o viés conservador da maioria dos eleitores dos deputados que integram o Centrão. Cidadãos que, de uns anos pra cá, passaram a repudiar qualquer tipo de aproximação com o petismo. E político, lembra, não briga com eleitor.

Alerta

Na quarta, clientes do Itaú Personnalité receberam um alerta. Em e-mail, o banco dizia que seus investimentos poderiam render mais, que estavam abaixo da taxa básica de juros, fixada em 15% ao ano. A mensagem oferecia um link que levaria a mais opções.

Errata

Horas depois, o banco enviou o que chamou de “Errata”, pediu que o e-mail anterior fosse desconsiderado. Ouvido pela coluna, o Itaú confirmou a autenticidade das mensagens, e disse que houve erro na seleção dos destinatários. O Personnalité é um segmento mais exclusivo.

Centrão quer CPI para apurar vídeos de IA contra partidos

Andressa Anholet/Agência Senado

Integrantes do Centrão têm se queixado de vídeos com críticas aos partidos do grupo produzidos por inteligência artificial e divulgados nas redes sociais.

Eles dizem enxergar uma atuação do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) por trás, apesar de não apontarem provas disso, já que os filmes repetem a retórica da luta entre pobres e ricos, incentivada pelo Palácio do Planalto nas últimas semanas, e com ataques ao Congresso Nacional, onde os parlamentares são identificados como “inimigos do povo”.

Um dos vídeos que virou alvo dessas críticas cita nominalmente os partidos PL, MDB, PP, PSDB, União Brasil e Novo como inimigos, afirmando que eles “só jogam contra o povo e contra o Brasil”. A avaliação de quatro líderes ouvidos pela reportagem é de que isso pode acirrar ainda mais os ânimos entre Executivo e Legislativo na volta do recesso parlamentar - o governo e o Congresso encerraram o semestre em conflito e com uma lista de contas a acertar a partir de agosto.

Ataques

O presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), insinuou a participação do governo nesses vídeos em publicação nas redes sociais nesta quinta-feira (24) e falou em buscar instalar uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar os fi-



Ciro Nogueira acusa governo de estar por trás dos vídeos

nanciadores desses filmes.

“Desde que o governo começou a naufragar, há uma proliferação de ataques nas redes sociais, com vídeos de IA, muitos deles apócrifos. Já passou da hora de uma CPI da propaganda e das mídias digitais para investigar se há dinheiro público envolvido. Prioridade para agosto!”, afirmou.

A ideia de Ciro Nogueira para coletar assinaturas e instalar uma comissão é endossada por outros dois líderes do centrão, que falam sob reserva à reportagem. Segundo eles, é possível chegar ao número necessário para protocolar o requerimento de criação da CPI e não haveria obstáculos por parte dos presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Isso porque os dois congressistas também têm sido alvo de críticas nas redes sociais.

Milícia digital

O caminho, afirma uma liderança, é pedir a quebra de sigilo desses perfis para conseguir identificar ao certo quem está por trás dessa iniciativa. Esse parlamentar classifica esse movimento coordenado de ataques como uma milícia digital.

Um cardeal do Centrão defende um distensionamento da relação com Executivo, mas cobra postura ativa do governo federal para coibir esses vídeos com ataques a partidos e ao Congresso como um todo. Ele afirma que o Planalto precisa de votos no Legislativo para aprovar matérias de interesse, diante de uma base de

apoio instável, e que integrantes do governo erram ao achar que não haverá uma resposta dos parlamentares a esses ataques.

Ele diz ainda que o momento exige unidade dos políticos para enfrentar o cenário das próximas semanas, com a provável aplicação da sobretaxa de 50% sobre produtos importados do Brasil anunciada por Donald Trump.

“Devaneio”

Governistas negam qualquer participação do Executivo nesses vídeos específicos, alegando que a disputa política nas redes é algo natural e que não se pode cercar a ação da militância. A ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann (PT) rebateu a declaração de Ciro Nogueira e classificou como um “devaneio” do senador.

“CPI precisa para investigar os crimes de lesa pátria que Bolsonaro e seu filho traidor estão praticando contra o Brasil com o apoio do Ciro Nogueira. Vergonhoso”, respondeu a ministra, nas redes sociais.

O secretário de Comunicação do PT, Jilmar Tatto (SP), rebateu as acusações. “Nunca fizemos vídeos contra o Centrão, isso não faz parte da nossa estratégia, até porque precisamos desses partidos para governar”, diz.

Victoria Azevedo (Folhapress)